

CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias
Av. NS-2, Prédio I, S/N, Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
gab.executivo@cge.to.gov.br
www.to.gov.br/cge

PROCESSO N° : 2023 38960 00025
UNIDADE GESTORA : 38960 – Agência Tocantinense de Transportes e Obras
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2022
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 04/2023/PCA/CGE SGD N° 2023 09049 000615

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE – TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da **Agência Tocantinense de Transportes e Obras**, nos termos do inciso XII do artigo 3°, da Lei Estadual n° 2.735/2013 e do Decreto Estadual n° 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças de responsabilidade dessa Pasta prevista no art. 10 da Instrução Normativa TCE n° 006/2003, tendo sido protocolada na Controladoria-Geral do Estado no dia 31 de janeiro de 2023.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

O Departamento de Contabilidade no exercício de 2022 estava sob a responsabilidade do servidor **Alan Pereira Lial** – Contador.

O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO n° 005930/O-3, conforme certidão, às fls. 40.





2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis, às fls. 149 a 278 e 1.357 a 1.361, relativos ao exercício de 2022, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (Siafe-TO).

2.2.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

O orçamento para o exercício de 2022, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.843, de 28 de dezembro de 2021, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2022, determinou como crédito inicial para Agência Tocantinense de Transportes e Obras o valor de R\$ 845.727.754,00 (oitocentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais), sendo o valor autorizado de R\$ 1.414.709.723,00 (um bilhão, quatrocentos e quatorze milhões, setecentos e nove mil, setecentos e vinte e três reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício de 2022, conforme demonstrado no Anexo 11- Por Fonte, às fls. 162.

2.2.1.1 Receita Realizada

No exercício de 2022, houve receita arrecadada no valor de R\$ 93.395.931,49 (noventa e três milhões, trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos), referente a taxas pela prestação de serviços em geral, remuneração de depósitos bancários, cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico, cota-parte da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos, outras restituições, operações de crédito contratuais – mercado interno e alienação de bens móveis e semoventes, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 152.

A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um baixo nível de arrecadação com percentual de 14,98%, tendo sido essa frustração motivada principalmente pelos convênios com o Governo Federal e Operações de Crédito não adimplidos, assim informado em Nota explicativa, às fls. 267 a 268. As informações referentes a receita estão presente nos quadros a seguir:





CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas correntes	20.228.570,00	29.657.529,22	146,61
Receitas de capital	603.086.848,00	63.738.402,27	10,57
TOTAL	623.315.418,00	93.395.931,49	14,98

FONTE: Siafe-TO - Anexo 10 sem Fonte por UG, fls. 152.

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
500 - Recursos não vinculados de impostos	0,00	2.125.852,95	-
700 - Outras transferências de convênios ou congêneres de repasse da União	1.928.642,00	221.120,66	11,47
709 - Transferência da União referente a compensação de recursos hídricos	7.004.232,00	6.944.176,77	99,14
750 - Recursos da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE	10.182.414,00	13.839.922,51	135,92
754 - Recursos de operações de crédito	601.197.015,00	63.953.112,45	10,64
756 - Recursos de alienação de bens/ativos	0,00	32.261,34	-
799 - Outras vinculações legais	3.003.115,00	6.279.484,81	209,10
TOTAL	623.315.418,00	93.395.931,49	14,98

FONTE: Siafe-TO - Anexo 10 por UG (Fonte), fls. 153 e 154.

2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual de 69,45%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	225.760.557,00	225.567.866,99	99,91
Despesas de capital	1.188.949.166,00	756.972.108,91	63,67
TOTAL	1.414.709.723,00	982.539.975,90	69,45

FONTE: Siafe-TO - Anexo 2, fls. 150 e 151.

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
500 - Recursos não vinculados de impostos	813.368.010,00	777.234.588,53	95,56
501 - Outros recursos não vinculados	5.765.577,00	5.765.576,74	100,00
700 - Outras transferências de convênios ou congêneres de repasse da União	1.928.642,00	52.883,30	2,74
709 - Transferência da União referente a compensação financeira de recursos hídricos	7.004.232,00	5.935.795,44	84,75
750 - Recursos da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE	27.443.132,00	21.069.720,32	76,78
754 - Recursos de operações de crédito	556.197.015,00	139.652.179,15	25,11
759 - Recursos vinculados a fundos	30.423.694,00	30.423.694,00	100,00
799 - Outras vinculações legais	3.003.115,00	2.405.538,42	80,10
TOTAL	1.414.709.723,00	982.539.975,90	69,45

FONTE: Siafe-TO - Anexo 11 por Fonte, fls. 162.





2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas, para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Conforme Anexo 2 - Comparativo da Despesas, Orçada, Autorizada e Realizada, às fls. 150 e 151, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores realizado até 31/12/2022 foi de R\$ 25.159.526,08 (vinte e cinco milhões, cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e seis reais e oito centavos), que equivale aproximadamente a 2,56% do total das despesas realizadas no período, no valor de R\$ 982.539.975,90 (novecentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa centavos).

2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

O orçamento inicial Agência Tocantinense de Transportes e Obras foi de R\$ 845.727.754,00 (oitocentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e quatro reais), sendo suplementado o valor de R\$ 908.415.733,00 (novecentos e oito milhões, quatrocentos e quinze mil, setecentos e trinta e três reais), e reduzido o valor de R\$ 339.433.764,00 (trezentos e trinta e nove milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setecentos e sessenta e quatro reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 1.414.709.723,00 (um bilhão, quatrocentos e quatorze milhões, setecentos e nove mil, setecentos e vinte e três reais), conforme balancete, às fls. 251 e 252, Anexo 11, às fls. 162 e Anexo 11-A, às fls. 1.357 a 1.359.

A abertura de créditos suplementares e especiais ao Orçamento do Estado, estão dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual para 2022, que é de 30% do total da despesa inicialmente fixada em cada esfera orçamentária, conforme relatório de controle realizado pela Seplan, encaminhado por meio do Ofício SEPLAN nº 48/2023/GABSEC, SGD nº 2023/13019/000852.

2.2.1.5 Do Deficit/Superavit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 169 a 170, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit de R\$ 889.144.044,41 (oitocentos e oitenta e nove milhões, cento e quarenta e quatro mil, quarenta e quatro reais e





quarenta e um centavos), sendo emitida justificativa/nota explicativa, às fls. 267. Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária, às fls. 173 e 174, além do valor referente ao Duodécimo e cota financeira, às fls. 214 (balancete), o resultado gerou um superávit efetivo de R\$ 25.678.127,58 (vinte e cinco milhões, seiscentos e setenta e oito mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos) representando 27,49% da execução da receita total realizada, conforme tabela abaixo:

Receitas Realizada	93.395.931,49
Despesas Executadas	982.539.975,90
Déficit	-889.144.044,41
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	1.175.237.990,95
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	305.615.340,81
Duodécimo e cota financeira	45.199.521,85
Saldo das Transferências	914.822.171,99
Déficit	-889.144.044,41
Superávit Efetivo	25.678.127,58

2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 93.395.931,49 (noventa e três milhões, trezentos e noventa e cinco mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e nove centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 1.175.520.371,06 (um bilhão, cento e setenta e cinco milhões, quinhentos e vinte mil, trezentos e setenta e um reais e seis centavos), aos recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 181.944.969,48 (cento e oitenta e um milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e nove reais e quarenta e oito centavos), e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 59.317.119,97 (cinquenta e nove milhões, trezentos e dezessete mil, cento e dezenove reais e noventa e sete centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 982.539.975,90 (novecentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil,





novecientos e setenta e cinco reais e noventa centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 306.639.201,90 (trezentos e seis milhões, seiscentos e trinta e nove mil, duzentos e um reais e noventa centavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 116.014.450,34 (cento e dezesseis milhões, quatorze mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta e quatro centavos), restando saldo de R\$ 104.984.763,86 (cento e quatro milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 173 a 178.

2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 180 e 181, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, de curto e longo prazo. Pode-se também observar a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em R\$ 255.105.334,31 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, cento e cinco mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos), indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;

II) O Ativo Não Circulante, composto pelo imobilizado e intangível, no valor de R\$ 1.742.731.446,02 (um bilhão, setecentos e quarenta e dois milhões, setecentos e trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e dois centavos) é maior que o Passivo Não Circulante, representado por Demais Obrigações a Longo Prazo, na importância de R\$ 725.787,95 (setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos), indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de longo prazo;

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, às fls. 184, demonstra um déficit financeiro de R\$ 66.445.083,98 (sessenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitenta e três reais e noventa e oito centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 104.999.341,21 (cento e quatro milhões, novecentos e noventa e nove mil, trezentos e quarenta e um reais e vinte e um centavos), com o Passivo Financeiro, no valor de R\$ 171.444.425,19 (cento e setenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e dezenove centavos), conforme às fls. 182, tendo sido emitida justificativa em Nota Explicativa, às fls. 1.360;

IV) Os bens patrimoniais registrados no imobilizado, às fls. 180, no valor total de R\$ 1.742.628.766,82 (um bilhão, setecentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e vinte e





oito mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos), sendo R\$ 185.095.886,62 (cento e oitenta e cinco milhões, noventa e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos) de bens móveis e R\$ 1.636.897.457,23 (um bilhão, seiscentos e trinta e seis milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos) de bens imóveis, deduzida a depreciação no valor de R\$ 79.364.577,03 (setenta e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta e sete reais e três centavos), sendo que o sistema SIGA e Patrimônio estão conciliados, às fls. 290 e 291, conforme balancete, às fls. 214 a 216, descrito em nota explicativa, às fls. 272 e 292;

V) A conta contábil “Estoques”, às fls. 214, apresenta saldo no valor de R\$ 18.555.724,53 (dezoito milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e vinte e quatro reais e cinquenta e três centavos), que confere com a posição física do SIGA e financeira do material em estoque, às fls. 294 a 822, e apresenta relatório conciliado, às fls. 823;

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 180, registra saldo no valor total de R\$ 104.069.436,67 (cento e quatro milhões, sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos), que confere com o Balancete, às fls. 213. Quanto ao Balanço Financeiro, para o Saldo para Exercício Seguinte, às fls. 178, o valor de R\$ 104.984.763,86 (cento e quatro milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos) quando reduzido o saldo Depósitos restituíveis e Valores Vinculados (a receber), tem-se o valor Caixa e equivalentes de Caixa demonstrado no Balanço Patrimonial. Neste sentido, foi informado em Nota explicativa, às fls. 265 e 266.

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG, somados aos saldos apresentados nas contas bancárias e aplicações, além disso Outros valores restituíveis, que confere com o Balancete, às fls. 213. A conciliação bancária do Banco do Brasil e da Caixa, às fls. 1.306 e 1.307, conferem com o encontrado no balancete, porém o saldo da conciliação do Banco de Brasília, às fls. 1.308, não confere com o balancete, tendo sido emitido nota explicativa, às fls. 1.309. O Órgão não apresentou os extratos da Caixa Econômica Federal das contas ativas e inativas do mês de dezembro do exercício em análise, e do mês de janeiro do exercício seguinte em análise ou dos meses subsequentes onde se evidenciem os ajustes demonstrados nas conciliações, em desconformidade com Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado e pedido na Solicitação de Ação Corretiva nº 10/2023/GAPIS, às 1.270, impossibilitando a verificação da conciliação bancária. As informações presentes no balancete, às fls. 213, seguem discriminação abaixo:

- R\$ 63.155.052,95 (sessenta e três milhões, cento e cinquenta e cinco mil, cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos) nas contas bancárias específicas (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal e Banco de Brasília);





- R\$ 347,32 (trezentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos) em aplicações financeiras (poupança);
- R\$ 39.655.360,51 (trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta reais e cinquenta e um centavos) em limite de saque com vinculação de pagamento.
- R\$ 1.258.675,89 (um milhão, duzentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) referente a outros valores restituíveis.

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 181, totalizam um saldo de R\$ 70.230.053,19 (setenta milhões, duzentos e trinta mil, cinquenta e três reais e dezenove centavos), correspondentes a Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo, Fornecedores e contas a pagar a curto prazo, Obrigações fiscais a curto prazo, Transferências fiscais a curto prazo e Demais Obrigações a curto prazo.

IX) As contas do Passivo Não Circulante, às fls. 181, apresentam um saldo de R\$ 725.787,95 (setecentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos), proveniente de Demais Obrigações a longo prazo.

2.2.3.1 Passivo Permanente

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial, no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanente, às fls. 182, um saldo no exercício atual de R\$ 19.212.324,39 (dezenove milhões, duzentos e doze mil, trezentos e vinte e quatro reais e trinta e nove centavos) no passivo permanente, referente a despesa com pessoal, fornecedores, parcelamento com a União.

O montante de passivo permanente representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, ou seja, não transitaram pela Lei Orçamentária Anual de 2022. Considerando o saldo apresentado no Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanente, o passivo permanente elevou a despesa executada de R\$ 982.539.975,90 (novecentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e trinta e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa centavos), para R\$ 1.001.752.300,29 (um bilhão, um milhão, setecentos e cinquenta e dois mil e trezentos reais e vinte e nove centavos).

Verifica-se ainda que o valor de Passivo Permanente no exercício atual, não confere com o apresentado no Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa (para fins de Resultado Primário), às fls. 188 e 189, referente a passivos reconhecidos com atributo “P”, tendo sido emitido justificativa quanto a divergência, às fls. 1.360. Percebe-se também que foi informado em Nota explicativa quanto a esses passivos, às fls. 275 e 276.





Conforme Anexo 16, havia um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 22.584.856,20 (vinte e dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos), havendo cancelamento, no exercício de 2022, no valor de R\$ 3.054.120,50 (três milhões, cinquenta e quatro mil, cento e vinte reais e cinquenta centavos) e amortização no valor de R\$ 294.097,63 (duzentos e noventa e quatro mil, noventa e sete reais e sessenta e três centavos), resultando em uma redução da dívida. Nota-se que não houve emissão de justificativa para o cancelamento de passivo com atributo “P”.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 1.319.548.173,02 (um bilhão, trezentos e dezenove milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e três reais e dois centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 658.837.599,02 (seiscentos e cinquenta e oito milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e dois centavos), demonstrando resultado patrimonial positivo do período, no montante de R\$ 660.710.574,00 (seiscentos e sessenta milhões, setecentos e dez mil, quinhentos e setenta e quatro reais), conforme demonstrado, às fls. 185 a 187.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 104.984.763,86 (cento e quatro milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos), às fls. 208.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor de R\$ 45.667.643,89 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e nove centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor de R\$ 556.474.057,86 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, cinquenta e sete reais e oitenta e seis centavos), das atividades de investimentos no valor negativo de R\$ 574.139.185,04 (quinhentos e setenta e quatro milhões, cento e trinta e nove mil, cento e oitenta e cinco reais e quatro centavos) e das atividades de financiamento no valor de R\$ 63.332.771,07 (sessenta e três milhões, trezentos e trinta e dois mil, setecentos e setenta e um reais e sete centavos), que somado ao Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 59.317.119,97 (cinquenta e nove milhões, trezentos e dezessete mil, cento e dezenove reais e noventa e sete centavos), resultou em um saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 104.984.763,86 (cento e





quatro milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos), conforme demonstrado, às fls. 208.

2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 150.103.892,32 (cento e cinquenta milhões, cento e três mil, oitocentos e noventa e dois reais e trinta e dois centavos), deste montante, R\$ 34.109.167,95 (trinta e quatro milhões, cento e nove mil, cento e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos) refere-se a restos a pagar processados e R\$ 115.994.724,37 (cento e quinze milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos) restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro, às fls. 174 e detalhado no relatório IMPSALDO, às fls. 191 a 207. Não há saldo suficiente em Caixa e equivalentes de caixa para atendê-las, sendo emitido Nota Explicativa, às fls. 1.361.

b) Registra-se um montante de R\$ 114.552.797,09 (cento e quatorze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e nove centavos) inscritos em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado, às fls. 171, do qual foi liquidado R\$ 68.686.067,32 (sessenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, sessenta e sete reais e trinta e dois centavos), pago R\$ 66.535.946,69 (sessenta e seis milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos) e cancelado R\$ 33.480.323,29 (trinta e três milhões, quatrocentos e oitenta mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e nove centavos), restando ainda um saldo de R\$ 12.386.406,48 (doze milhões, trezentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e seis reais e quarenta e oito centavos), informando em Nota Explicativa, às fls. 266, 267 e 1.361.

c) Do montante de R\$25.265.204,75 (vinte e cinco milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, duzentos e quatro reais e setenta e cinco centavos) inscritos em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores demonstrado, às fls. 172, foi pago R\$ 18.482.520,99 (dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e vinte reais e noventa e nove centavos) e cancelado R\$ 990.907,04 (novecentos e noventa mil, novecentos e sete reais e quatro centavos), restando um saldo de R\$ 5.791.776,72 (cinco milhões, setecentos e noventa e um mil, setecentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos), informado em Nota Explicativa, às fls. 266, 267 e 1361.





3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 41 a 138, consoante disposições do art. 10, inciso IV da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos Lei Estadual nº 3.842, de 28 de dezembro 2021, que instituiu o Plano Plurianual, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.843, de 28 de dezembro 2021.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir:

3.1 Objetivos, Indicadores e Metas Estabelecidos no PPA

3.1.1 Objetivos

No relatório de gestão está demonstrado que as atribuições da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance de 01 (um) objetivo, às fls. 51 e 52, definido no Programa Temático 1152 – Transporte e Logística.

3.1.2 Indicadores

A avaliação do grau de efetividade do alcance do objetivo definidos no PPA 2020-2023, foi realizada por meio da aferição de 02 (dois) indicadores, sendo verificado que:

a) O Indicador - **Quilômetros de rodovias conservadas** - alcançou 119,54% do índice desejado em relação ao previsto para o exercício de 2022, conforme o demonstrativo, às fls. 53.

b) O Indicador - **Quilômetros de rodovias pavimentadas** - alcançou 26,97% do índice desejado, não atingindo o previsto para o exercício de 2022, conforme o demonstrativo às fls. 54 e 55.





3.1.3 Metas Regionalizadas

Para o Objetivo - **Fortalecer o sistema viário do Estado do Tocantins** foram estabelecidas 09 (nove) metas regionalizadas, sendo que 03 (três) metas superaram a execução, 03 (três) apresentaram baixa execução, 02 (duas) não tiveram execução em relação ao previsto para o exercício de 2022 e 1 (uma) houve execução sem que houvesse previsão para o exercício de 2022, conforme quadro abaixo e demonstrativos extraídos do sistema de acompanhamento da Execução orçamentária, às fls. 56 a 66.

Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta	Metas do Objetivo (2022)			Execução	
Descrição	Região	Medida	Prevista	2022	%
Programa 1152 – Transporte e Logística.					
Objetivo – 0517 - Fortalecer o sistema viário do Estado do Tocantins					
Construir a ponte de Porto Nacional	Região de Planejamento Central	%	40,00	49,26	123,15
Conservar e restaurar rodovias estaduais	Estadual	km	10.738,00	12.835,94	119,53
Pavimentar rodovias estaduais	Região de Planejamento Centro-Oeste	km	25,00	8,50	34,00
Pavimentar rodovias estaduais	Região de Planejamento Norte	km	27,00	10,50	38,88
Pavimentar rodovias estaduais	Região de Planejamento Jalapão	km	75,00	29,00	38,66
Pavimentar rodovias estaduais	Região de Planejamento Central	km	26,00	0,00	0,00
Pavimentar rodovias estaduais	Região de Planejamento Sul	km	25,00	0,00	0,00
Fiscalizar o trânsito nas rodovias estaduais	Estadual	un	120.000,00	136.241,00	113,53
Construir obras de arte especial (pontes, bueiros e galerias)	Estadual	un	0,00	13,00	

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

3.2 Ações Temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema de Administração Financeira do Estado do Tocantins - Siafe-TO, detalhadas no quadro abaixo, durante o exercício de 2022, as 14 (quatorze) ações temáticas vinculadas ao Programa Temático 1152 – Transporte e Logística, representaram um orçamento autorizado de R\$ 1.325.811.725,00 (um bilhão, trezentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e onze mil e setecentos e vinte e cinco reais), conforme demonstrativos às fls. 67 a 119.





Ações Temáticas por Programa

Meta Financeira								Metas Físicas			
Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)	Produto	Prevista	Realizado	Execução (%)
Programa – 1152 - Transporte e Logística											
3059	3.244.375,00	8.082.205,00	11.326.580,00	10.458.404,10	9.518.524,70	92,34	84,04	Rodovia estadual conservada	411,00	411,70	100,17
3111	61.810.375,00	9.039.013,00	70.849.388,00	70.327.087,00	34.272.174,08	99,26	48,37	Obra de arte especial estruturada	40,00	49,26	123,15
4039	1.650.000,00	-34.528,00	1.615.472,00	825.024,37	149.205,95	51,07	9,24	Projeto Elaborado	300,00	169,65	56,55
4082	850.000,00	14.874.588,00	15.724.588,00	9.921.710,81	9.219.525,29	63,10	58,63	Rodovia sinalizada	1.000,00	589,05	58,91
3112	420.339.865,00	-16.601.481,00	403.738.384,00	64.134.638,36	55.500.927,14	15,89	13,75	Rodovia pavimentada	178,00	48,00	26,97
3114	279.197.015,00	-100.515.144,00	178.681.871,00	140.395.628,71	138.404.647,95	78,57	77,46	Via urbana pavimentada	4.594.478,00	169.582,35	3,69
4130	300.000,00	-270.000,00	30.000,00	21.078,00	21.078,00	70,26	70,26	Ação educativa realizada	30,00	18,00	60,00
4162	4.550.000,00	1.655.300,00	6.205.300,00	2.159.772,28	1.564.518,16	34,81	25,21	Passivo Ambiental Recuperado	6,00	1,00	16,67
4167	4.650.000,00	3.652.036,00	8.302.036,00	1.047.047,29	945.636,31	12,61	11,39	Obra Licenciada	25,00	30,00	120,00
4311	300.000,00	-240.271,00	59.729,00	17.548,50	17.548,50	29,38	29,38	Empreendimento analisado	120,00	83,00	69,17
4347	2.228.642,00	-335.966,00	1.892.676,00	452,25	452,25	0,02	0,02	Obra aeroviária desenvolvida	2,00	0,00	0,00
4357	380.000,00	774.659,00	1.154.659,00	910.567,11	460.487,73	78,86	39,88	Faixa de domínio regularizada	4.000,00	248,57	6,21
4499	1.503.115,00	5.430.800,00	6.933.915,00	4.788.553,54	2.955.102,05	69,06	42,62	veículo fiscalizado	120.000,00	136.241,00	113,53
4495	14.324.232,00	604.972.895,00	619.297.127,00	561.754.374,23	501.972.296,66	90,71	81,06	Malha viária conservada	10.327,00	14.256,24	138,05
Total	795.327.619,00	530.484.106,00	1.325.811.725,00	866.761.886,55	755.002.124,77	63,37	56,94				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Depreende-se da análise acima que a Agência Tocantinense de Transportes e Obras, apresentou de forma geral, bom desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 63,37% dos recursos autorizados.

c) Verificou-se que as ações 3111 e 4495 foram definidas como prioridade de Governo, de acordo com o Anexo III da Lei Estadual nº 3.842/2021, demonstraram um bom desempenho orçamentário de 99,26% e 90,71% respectivamente, alcançando 123,15%, e 138,05% de execução da meta física planejada para exercício 2022, não havendo alinhamento da física e financeira executada, conforme demonstrativos, às fls. 69 a 72 e 79 a 94.

d) Quanto as ações 3112 e 3114, também definida como prioridade de Governo para o exercício de 2022, observou-se baixa execução da meta física planejada de 26,97% e 3,69%, com uma execução financeira de 15,89% e 78,57%, havendo ainda redução de recursos orçamentários da referida ação, não apresentando alinhamento entre a meta física e financeira executada, conforme demonstrativos, às fls. 98 a 102.





e) Em relação a ação 4499, identificamos que houve uma execução orçamentária e financeira de 69,06%, superando o alcance da meta física planejada em 113,53%, não havendo alinhamento da física e financeira executada, conforme demonstrativos, às fls. 95 a 97.

f) Já a ação 4167, constatamos uma baixa execução orçamentária e financeira de 12,61%, no entanto foi superado o alcance da meta física planejada para o exercício 2022, em 120%, não havendo alinhamento da física e financeira executada, respectivamente, conforme demonstrativos, às fls. 107 a 110.

g) As ações 4162 e 4311, constatamos uma execução orçamentária e financeira de 34,81% e 29,38%, para execução da meta física planejada de 16,67% e 69,17%, não havendo alinhamento da física e financeira executada, respectivamente, conforme demonstrativos, às fls. 105 a 106 e 111 a 114.

h) A ação 4347, observou-se a utilização de recursos orçamentário e financeiro de 0,02%, sem que houvesse execução da meta física planejada para exercício, conforme demonstrativos, às fls. 115 e 116.

i) Em relação a ação 4357, verificou-se boa execução de recursos orçamentário e financeiro de 78,86%, para baixa execução da meta física planejada para exercício de 6,21%, conforme demonstrativos, às fls. 117 a 119.

3.3 Ações de Gestão

a) A execução das ações de Gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, com o total 04 (quatro) ações de gestão financeiras, as quais representam um orçamento autorizado de R\$ 88.897.998,00 (oitenta e oito milhões, oitocentos e noventa e sete mil e novecentos e noventa e oito reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 96,01% de execução, em relação ao valor empenhado, conforme quadro abaixo e demonstrativos, às fls. 120 a 124.

Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A%	L/A%
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
4198	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.112.395,00	3.450.692,00	5.563.087,00	5.121.727,27	4.151.644,27	92,06	74,62
4222	Manutenção de recursos humanos	47.647.740,00	11.330.864,00	58.978.604,00	58.527.130,82	58.515.982,72	99,23	99,21
4238	Manutenção de serviços de informática	210.000,00	800.419,00	1.010.419,00	944.690,00	940.800,00	93,49	93,10
4249	Manutenção de serviços de transporte	430.000,00	22.915.888,00	23.345.888,00	20.760.847,26	18.099.953,97	88,92	77,52
Total do Programa		50.400.135,00	38.497.863,00	88.897.998,00	85.354.395,35	81.708.380,96	96,01	91,91





b) Observou-se que ações 4198, 4222, 4238 e 4249, apresentaram boa execução financeira de 92,06%, 99,23%, 93,49% e 88,92% respectivamente, conforme demonstrativos, às fls. 120 a 124.

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE, MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTRO INSTRUMENTO CONGÊNERES

No que concerne a Agência Tocantinense de Transportes e Obras não houve recebimento de recursos de convênios da União no exercício de 2022, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 153.

Havendo, no entanto recursos concedidos a instituições privadas sem fins lucrativos no valor de R\$ 302.618,21 (trezentos e dois mil, seiscentos e dezoito reais e vinte e um centavos), sendo transferido no exercício de 2022, havendo, também, recursos concedidos a municípios no valor de R\$ 100.390.140,92 (cem milhões, trezentos e noventa mil, cento e quarenta reais e noventa e dois centavos), sendo transferido no exercício de 2022, o montante de R\$ 98.035.391,25 (noventa e oito milhões, trinta e cinco mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos), restando a transferir o valor de R\$ 2.354.749,67 (dois milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e sete centavos), conforme demonstrado anexo 2, às fls.150, os quais foram inscritos em restos a pagar, conforme demonstra o Relatório dos Saldos a Liquidar das Notas de Empenho - IMPSALDO, às fls. 191 a 207.

5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS.

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Agência Tocantinense de Transportes e Obras, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria- Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para a Controladoria, foram analisados 7 (sete) processos, sendo 5 (cinco) concernentes à adesão em ata de registro de preços, 2 (dois) de inexigibilidade de licitação, 1 (um) de tomada de preços, 2 (dois) de concorrência e tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequações, ainda, a Controladoria dedica-se a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder





Executivo Estadual, realizando atendimentos presenciais e telefônicos para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitações, dentre outras.

Além dos processos de envio obrigatório, também foram recepcionados para manifestação desta especializada, mais 3 (três) processos não contemplados na referida Instrução Normativa, dos quais 1 (um) foi referente a tomada de preços e 2 (dois) concorrência, emitindo-se Despachos para cumprimento de diligências.

6. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS POR ESSE TRIBUNAL NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que não houve fiscalização pelos órgãos de controle externo na Agência Tocantinense de Transportes e Obras, no exercício em análise, conforme declarado, às fls. 1.262.

7. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Com referência à força de trabalho foi informado pela Agência Tocantinense de Transportes e Obras, como demonstrado, às fls. 1.331 a 1.335, um quantitativo de 1.130 (um mil, cento e trinta) servidores, sendo 155 (cento e cinquenta e cinco) servidores efetivos, 65 (sessenta e cinco) comissionados, 29 (vinte e nove) efetivos comissionados, 66 (sessenta e seis) efetivos com função de confiança, 197 (cento e noventa e sete) celetistas, 1 (um) celetista comissionado, 593 (quinhentos e noventa e três) contratos temporários, 2 (dois) requisitados, 1 (um) requisitado comissionado e 21 (vinte e um) desligados, conforme folha de pagamento do mês de dezembro de 2022.

Quanto aos quantitativos de servidores admitidos no exercício de 2022, às fls. 1.336 a 1.356, informou-se a admissão de 452 (quatrocentos e cinquenta e dois), por meio de contratos temporários, 342 (trezentos e quarenta e dois), tiveram os contratos prorrogados e não houve contratação por meio de concurso.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual,



CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias
Av. NS-2, Prédio I, S/N, Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
gab.executivo@cge.to.gov.br
www.to.gov.br/cge

concluimos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Márcio Pinheiro Rodrigues, Ruberval Sousa de França e outros** relacionados neste processo, às fls. 1273 a 1274, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.1.1; 2.2.3 alínea “b” III e VII; 2.2.3.1; 2.2.6 alíneas “a”, “b” e “c”; 3.1.2 alínea “b”; 3.1.3; e 3.2 alíneas “d”, “e”, “f”, “g”, “h” e “i”** deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2023.

Assinado eletronicamente

Maria Creusa Barros de Melo Prehl
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

Bárbara Tonaco Papacosta Anes
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

Maria Alice Vieira Labres
Analista/Supervisor

Assinado eletronicamente

Sergivan Sales de Brito
Gerente de Auditoria em Políticas de
Infraestrutura e Sustentabilidade

Assinado eletronicamente

Eva Moreira Martins Santos
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção a Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.

Em 24/02/2023.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente

